



FÁVIO DUTRA/UL

# Ponte para o passado



Manifestantes contrários à privatização da Fundação Zoobotânica e ao pacote de medidas do governo gaúcho participam de ato em frente ao Jardim Botânico

Maíra Baumgarten\*

Vivemos tempos difíceis. O avanço de movimentos racistas e fascistas na Europa, a eleição de um antecandidato nos Estados Unidos e os retrocessos políticos e sociais na América Latina expressam o conturbado período de uma ordem social que se está esgotando e que entrou em crise sistêmica. O movimento rumo a um estado mínimo iniciado com a retomada do liberalismo ocorre, no Brasil, em dois sentidos: expulsando da arena do Estado todos os interesses que coloquem em risco a competitividade e a acumulação e, ao mesmo tempo, favorecendo os interesses dos setores privados da economia, regidos apenas pela obtenção do lucro e pela lógica do curto prazo.

Ao lado disso, temos uma crise de credibilidade das instituições políticas e públicas, causada pelo desvelamento da corrupção, por uma divulgação seletiva de informação por parte dos meios de comunicação de massa, por fortes campanhas na mídia contra o Estado, alicerçadas em interesses internacionais em petróleo, territórios e bens naturais.

Em 1990, publiquei o livro *Institutos de Pesquisa do Rio Grande do Sul. Diagnóstico*, resultado de uma investigação iniciada no ano anterior na recém-criada Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio Grande do Sul. O projeto partia de duas constatações significativas: a pesquisa científica, comumente associada a instituições acadêmicas, é fundamental para o desenvolvimento de algumas ações em áreas como saúde, ambiente, agronomia, tecnologia, cultura; havia na estrutura do nosso estado, à época, diversas instituições voltadas à investigação diretamente relacionada ao atendimento de necessidades sociais e produtivas: os institutos de pesquisa, que tinham como objetivo solucionar questões emergentes situadas na interseção entre desenvolvimento científico, tecnológico e social. Esses institutos, entretanto, tinham diferentes situações, status e vinculações organizacionais e se encontravam, de forma geral, sucateados.

Nossa tarefa era reunir informações sobre os institutos, ligados a distintas secretarias, e dar suporte e apoio ao planejamento, possibilitando uma gestão apropriada das instituições e dos recursos de que o estado já dispunha. Entre esses órgãos encontravam-se a Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC), a Fundação de Economia e Estatística (FEE), a Escola de Saúde Pública, o Laboratório Farmacêutico do Estado (que depois veio a integrar a Fundação de Pesquisa e Produção em Saúde), o Jardim Botânico, o Parque Zoológico e o Instituto de Pesquisas Agronômicas, que foram incorporados à Fundação Zoobotânica e à Fundação de Pesquisa Agropecuária (FEPAGRO).

A investigação confirmou o caráter estratégico desses órgãos para o desenvolvimento de ações voltadas ao adequado atendimento à população. Entre suas atribuições encontravam-se: manutenção de reservas de fauna e flora, promoção de atividades científicas e culturais voltadas à coletividade, desenvolvimento e avaliação de vacinas, práticas criatórias, conservação do solo, produção de sementes e mudas, assessoramento a produtores rurais, controle sanitário, sanidade animal, investigação e divulgação de informações em saúde, produção e pesquisa de medicamentos, epidemiologia, sangue e hemoderivados, formação e qualificação de pessoal para o sistema único de saúde, desenvolvimento tecnológico, produção e sistematização de dados sobre a economia e sociedade sul-rio-grandenses, subsídios ao planejamento governamental e maior conhecimento sobre a economia regional e sua infraestrutura social.

O diagnóstico efetuado à época girou em torno da existência e situação de equipamentos, pessoal (qualificação, quantidade), linhas de pesquisa, recursos para investimento, biblioteca, autonomia gerencial. Uma das conclusões do estudo foi a de que os órgãos com status de administração indireta, por possuírem maior autonomia, tinham melhores condições de impedir o sucateamento ge-

neralizado de equipamentos e os problemas de pessoal. Por outro lado, algumas áreas que poderiam captar recursos federais, privados ou internacionais (como saúde, ambiente), não podiam fazê-lo por falta de autonomia e, mesmo, de rubricas para executar os gastos na administração direta.

Ao longo das diferentes administrações, esses órgãos de pesquisa, produção e divulgação foram transformados em fundações, em sua maior parte, tendo recebido maior ou menor volume de recursos e de investimento, dependendo da perspectiva mais ou menos liberal do governo. De forma geral, sobreviveram aos percalços e construíram-se como entidades importantes para a população do Rio Grande em diversas áreas.

Vinte e seis anos após, o governo do senhor Sartori empreende uma fantástica volta ao passado ao propor extinguir esses órgãos de pesquisa que atuam em áreas muito importantes para a coletividade em lugar de aperfeiçoar e qualificar sua atuação. A essas instituições, o governo acrescenta, ainda, a Fundação Piratini, responsável pela comunicação pública com a coletividade e a divulgação cultural.

A TVE, criada em 1968 como emissora pública com o objetivo de ser um canal exclusivamente educativo, foi inaugurada oficialmente em 1974. Iniciou a produção local de programas educativos, culturais e institucionais e passou a integrar o Sistema Nacional de Televisão Educativa (Sinted). Como um canal aberto e público, caracteriza-se por ser uma emissora voltada para uma audiência interessada em temas culturais e educativos. Seu jornalismo reflexivo e seus programas de atualidade trazem à tona o movimento cultural do Rio Grande do Sul em áreas variadas, como artes cênicas, música, artes visuais, sempre propondo reflexão e difundindo a cultura de forma ampla.

Sua característica principal é o material humano, a força e a determinação de seu quadro de jornalistas, empenhados em seu

compromisso com informações verdadeiras, com os artistas e a coletividade. A rádio FM Cultura, inaugurada em 1989, foi um divisor de águas, trazendo a um mercado "enlatado" das rádios comerciais já instituídas um oásis de qualidade, boa música, programas inteligentes e variados, incluindo de nossos artistas.

A principal justificativa para as extinções é contábil, baseada na lógica do curto prazo, da competitividade e lucratividade, características do setor privado que não servem para o setor público. As planilhas de cálculo dos burocratas orientados por políticos sem visão decidem o destino de funcionários, técnicos, pesquisadores que têm trabalhado em condições, por vezes adversas, para manter esses órgãos e suas funções.

A cultura, a arte e as atividades educativas dificilmente podem ser contabilizadas. Como saber quanto vale o prazer de escutar um belo álbum de um músico gaúcho, um programa educativo, um telejornal que fala da nossa realidade com competência, um programa que mostra o que produzimos em teatro, fotografia, dança? A TVE e a Rádio FM Cultura são praticamente os únicos veículos que dão visibilidade aos nossos artistas, que priorizam a qualidade independentemente dos interesses do mercado, dos anunciantes ou mesmo do governo em exercício no estado. É exatamente sua característica de espaço público (portanto de todos, não voltado ao lucro) que permite que esses órgãos testem linguagens, abram espaço para o novo, promovam o debate público e enriqueçam a perspectiva crítica e a inteligência da nossa população.

\* Coordenadora do Laboratório de Estudos e Divulgação de Ciência, Tecnologia e Inovação Social - LaDICS (UFRGS) e Secretária da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Colaborou Bebê Baumgarten (jornalista)